

Muda mais uma vez o texto

JORNAL DO BRASIL

da emenda Sarney

Brasília — A readmissão dos militares cassados nos postos ocupados pelos colegas de turma (embora com a passagem automática para a reserva), atribuição constituinte aos deputados e senadores de 1987 e mudança nos prazos de desincompatibilização, que variam entre quatro e nove meses: estes os principais pontos do substitutivo à Emenda Sarney de convocação da Constituinte aprovado por 15 votos a quatro na Comissão Mista do Congresso.

O texto, elaborado pelos líderes do PMDB, PFL, PDS e PTB, foi apresentado pelo Deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR), incluído na comissão apenas 12 horas antes da reunião de ontem. Com o novo substitutivo, as lideranças derrubaram o parecer do Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP).

A emenda de convocação da Constituinte começa a ser discutida e votada segunda-feira, num esforço concentrado articulado pelas lideranças partidárias e que se estende até a quinta-feira. Junto com ela serão votadas a reforma tributária e a nova Lei Orgânica dos Partidos.

Juntos, os quatro partidos que fizeram o acordo para aprovação da emenda — PMDB, PFL, PDS e PTB — têm 433 deputados (PMDB — 198; PDS — 125; PFL — 106; e PTB — 14) e 67 senadores (PMDB — 25; PDS — 24; PFL — 17; e PTB — 1). O PDT e o PT, que não participam do acordo, têm apenas 27 deputados (22 do PDT e cinco do PT) e um senador, do PDT. Os sem partido são 19 na Câmara e um no Senado.

O que mudou

Pela proposta aprovada, os deputados e senadores serão também constituintes a partir de 1º de fevereiro de 1987, "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais". Caberá ao presidente do Supremo Tribunal Federal instalar a Assembléia Nacional Constituinte e a direção da sessão escolherá um presidente unicameral (sem distinção entre Câmara e Senado). Esta definição permite a candidatura

Sete horas e meia de confusão

Brasília — Manobras de bastidores, negociações cochichadas à última hora, tumulto, troca de insultos, ameaças, destituições e provocações. Foi este o clima da reunião de sete horas e meia — das 9h30min às 17h — da reunião da comissão, mista do Congresso que aprovou a emenda de convocação da Constituinte e que teve seu momento mais curioso quando o relator destituído, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), entregou duas grandes malas, com cerca de 70 mil cartas, ao seu substituto, Deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR).

Antes mesmo de começar a reunião, a sala da Comissão de Finanças do Senado já estava superlotada. Eram parlamentares, jornalistas, militares cassados e advogados — estes arrematados pelo presidente da OAB, Herman Baeta, para contestar a destituição de Bierrenbach e a decisão do Congresso — Constituinte.

Logo após a abertura dos trabalhos, o líder do PMDB na Câmara, Deputado Pimenta da Veiga (MG), substituiu na comissão os Deputados Milton Reis (MG) e João Gilberto (RS)

do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que não poderia ser reeleito para o cargo que hoje ocupa.

Todas as decisões da Constituinte terão que ser votadas em dois turnos, sempre com aprovação por maioria absoluta de votos (275 correspondentes à metade mais um dos 548 integrantes). Os líderes excluíram de seu substitutivo a Comissão de Legislação para encaminhamento de leis ordinárias, mas admitiram que a questão deverá ser revista.

A ampliação dos prazos de desincompatibilização excluiu os vices e ficou assim definida:

- nove meses antes das eleições: para os ministros, secretários de Estado e dirigentes de órgãos públicos, autarquias e estatais sem mandato;
- seis meses: governadores, prefeitos, ministros, secretários e dirigentes de órgãos públicos com mandato parlamentar;
- quatro meses: ministros, secretários e dirigentes de órgãos públicos que se candidatem a cargos municipais.

A mais polêmica das questões anexadas à convocação da Constituinte — a anistia — foi incluída no substitutivo, com ressalvas. Ele atingirá funcionários civis e militares punidos por atos de exceção, complementares e institucionais, mas deixa de fora os afastados por atos administrativos, mesmo quando sua motivação foi política.

Na avaliação de integrantes da comissão de militares cassados a nova anistia excluirá cerca de sete mil pessoas, principalmente praças. O 2º Tenente da Marinha, Ferro Costa, cassado em 1964, acusou a Aliança Democrática de haver cedido às pressões do Ministro da Marinha, Henrique Sabóia, pois a grande maioria dos cassados por atos administrativos ou regimentais (embora por motivos políticos) é daquela força.

A anistia proposta abrange os punidos entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 e não beneficiará envolvidos em casos mais recentes, como Riocentro, Baumgarten, atentados contra bancas e OAB.

por Hélio Manhães (ES) e Valmor Giavarina (PR), este último signatário da nova proposta, negociada entre os líderes do PMDB, PFL, PDS e PTB. No meio da reunião, nova substituição: o Senador Alcides Saldanha (RS) pelo Senador Martins Filho (RN).

O PT, o PDT, os malufistas do PDS e os integrantes da OAB (estes sem votos) uniram-se para tentar inviabilizar a reunião, apoiando Bierrenbach. O presidente da Câmara e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, passou rapidamente pelo local, para lamentar a exclusão, na emenda, de uma comissão legislativa ordinária eleita entre os constituintes.

Os militares cassados, tão logo tomaram conhecimento da nova proposta, que não era "ampla e irrestrita" como queriam, retiraram-se para uma reunião de emergência, no corredor. Foram, então, contemplados com a mais importante negociação de última hora: Pimenta da Veiga, após um telefonema secreto, autorizou Giavarina a suprimir da sua proposta a exigência de cursos para as promoções.

ANC 88
 Pasta 10/85-2
 038/1985